



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

1ª Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais.

Brasília/DF.
7 de Agosto de 2012.
(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - Pessoal, primeiro eu queria dar boas
47 vindas a todos. Nós estamos começando uma vida nova agora depois da
48 Rio+20, digamos, assim, praticamente depois do Código, nós “estamos
49 estertores” do código aí, mas a verdade é que nós estamos já na prorrogação e
50 temos que começar a trabalhar a nossa agenda com uma outra perspectiva.
51 Como vocês sabem, a agenda do Ministério foi, em grande parte, drenada a
52 nossa energia, foi muito consumida por esses 2 grandes *drivers*, dois grandes
53 vetores. E eu acho que nós estamos em um momento particularmente
54 importante porque houve uma... A Rio+20 foi um grande sucesso do ponto de
55 vista do País, a Conferência... Os resultados nós todos temos uma avaliação
56 de que foram importantes, embora insuficientes, mas não é uma coisa que se
57 diz respeito ao Brasil, diz respeito ao mundo. Do ponto de vista exclusivamente
58 do País o Rio mostrou que passou na prova com algumas observações e quem
59 teve a oportunidade de frequentar lá, estar lá no evento, viu coisas
60 excepcionais. Nós tivemos uma multiplicidade de eventos, uma participação do
61 setor privado, das ONGs, excepcional. Eu acho que nós... É motivo de muito
62 orgulho para nós todos o que aconteceu aqui em julho. O código nós estamos
63 na prorrogação, ainda estamos cautelosamente otimistas, será possível
64 alcançar um acordo sobre o risco de entrarmos em looping em uma relação
65 sem solução do Executivo com o Legislativo. Se... Estamos trabalhando com a
66 perspectiva do... Trabalhando em cima da proposta do Senado, recuperando
67 aquele acordo melhorando na medida do possível e vamos ver se o Governo
68 consegue construir uma melhoria para colocar em Plenário para votar MP. Se
69 não conseguirmos nós vamos um buraco tendo todos os temas que não foram
70 tratados ainda e que não fizeram parte daquele texto aprovado, a parte
71 sancionada do texto. Bom, dito isso... Eu esqueci em minha sala a pauta
72 daqui... Vamos começar, é a nossa primeira reunião do Comitê de Integração
73 de Políticas Ambientais. Esse título diz o seguinte: nós temos muito trabalho
74 pela frente e eu acho que nós temos que ter uma visão mais ambiciosa do que
75 nós temos diante de nós. Nós sabemos que a política ambiental hoje é uma
76 política... Como se diz, está se tornando uma política *mainstream*, uma política
77 hoje que integra o núcleo de várias políticas de governo. É uma política que
78 está começando a se confundir com a política econômica, com a política social,
79 com a política de infraestrutura e nós não estamos ainda preparados para isso.
80 A verdade é que nós... Eu diria que a política ambiental começa a sair do
81 gueto, é uma política que eu acho que tem um potencial ainda, grande parte
82 inexplorado, e a ideia nossa é nesse... Eu costumo dizer, nesse segundo
83 momento desse ciclo desse governo, é trabalharmos também o Conama em
84 uma outra perspectiva. Na avaliação nossa a Ministra tem frequentado o
85 Conama e colocado uma série de desafios para o Conama e nós temos, de
86 certa forma, sido muito tímidos no aproveitamento dessas oportunidades. Eu
87 acho que agora nós estamos começando vida nova, falta ainda acabar de
88 clarificar o panorama do ponto de vista florestal, mas independentemente disso
89 nós temos muita coisa para fazer para frente e para trás. Eu acho também... A
90 maioria de vocês sabe que nós temos no Conama um patrimônio de
91 legislações bastante rico, mas também uma série de... O pessoal fala: “Esses
92 negócios inacabados”, e que talvez seja oportunidade para arrematarmos, ou
93 finalizarmos, ou aprofundarmos, ou melhorarmos, ou redefinimos uma série de
94 legislações ainda que estão pendentes. A nossa pauta de hoje é relativamente
95 pequena, mas eu queria aproveitar o momento do Comitê para dizer que acho

96que todos aqui estão convidados a trazerem para discussão temas que
97traduzam maior envergadura das nossas iniciativas. Nós estamos em um
98contexto de mudanças, eu costumo dizer que do ponto de vista político e
99ambiental nós nunca fomos tão acionados, acho que a área ambiental nunca
100ocupou tanta mídia no País como nesse último ano e meio, acho que um pouco
101de falta de publicidade ia ajudar porque essa exposição também está nos
102deixando muito... Como se diz, pressionados para enfrentar que muitas vezes
103nós não estamos com os meios à altura, seja no licenciamento, seja na criação
104de unidade de conservação, seja no combate ao desmatamento, seja na
105implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, seja nas discussões
106relacionadas à mudança climática, enfim, vocês conhecem a nossa agenda,
107sabem que é uma agenda que carece de maior vertebração, aqui no Ministério
108nós estamos começando uma reflexão sobre isso, há um entendimento de que
109algumas agendas vão galvanizar a agenda ambiental, particularmente a
110agenda de clima, que é uma agenda que está vindo por... Correndo por fora no
111ambiente internacional, o Brasil tem que apresentar uma posição para
112negociação em 2015 e essa discussão ela permeia praticamente todas as
113atividades nossas. Nós temos algumas agendas que estão andando em uma
114velocidade menor do que nós gostaríamos, o caso clássico é Política Nacional
115de Resíduos Sólidos, e temos umas agendas que estamos atrasados com elas,
116particularmente a agenda do setor florestal, ironicamente em função da votação
117do Código. A nossa pauta de hoje basicamente envolve as admissibilidades de
118algumas matéria, a discussão sobre a próxima conversa nossa no Conama e
119alguns informes. Mas se vocês tiverem outros assuntos para trazer, ao final a
120palavra vai estar aberta para nós trabalharmos essa perspectiva. Pode ser que
121eu tenha que ser sequestrado pela Ministra, como costuma acontecer, mas nós
122temos pelo menos uma hora e meia para processarmos essa nossa conversa
123aqui. Então eu vou dar início aos trabalhos e nós depois de terminarmos a
124nossa pauta vamos ter uma conversa mais aberta sobre as nossas atividades.
125Bom, do ponto de vista da admissibilidade de matérias o nosso primeiro ponto
126é o processo de proposta de Resolução para definir como utilitários públicos,
127interesse social, barramentos em curso d'água para fins de agricultura irrigada.
128Esse processo foi apresentado pelo Ministério de Integração Nacional, que hoje
129vai fazer um comentário a respeito à luz dos novos desdobramentos da
130iniciativa. Salvo engano há possibilidade de nós retirarmos essa proposta de
131pauta em função de iniciativa já no Congresso, mas eu passo agora para a
132Luciana para ela nos orientar como nós vamos tocar esse barco para frente.
133Obrigado.

134

135

136**A SRª. LUCIANA** - Obrigada, Secretário. Bom dia a todos. Nós viemos
137discutindo essa matéria há um certo tempo dentro do Ministério da Integração
138Nacional e um parceiro enorme nosso tem sido o Ministério do Meio Ambiente,
139sem sombra de dúvidas. O Doutor Deusdará já esteve conosco em uma
140reunião com relação a isso, de apresentação inclusive de emendas para o
141Código Florestal, nas discussões, todos estão sabendo que estão sendo
142discutidas as emendas, as proposições de emendas para a 571, a Medida
143Provisória, então, essa matéria aqui tem corrido dentro do Ministério com uma
144grande preocupação por parte do Ministro em expandir a agricultura irrigada no
145Brasil como prática de proteção ao meio ambiente, inclusive, porque ela agrega

146técnicas, todos sabem, de conservação de água e solo. Um irrigante sabe que
147se ele não preservar a água que tem, ele não vai para frente com a sua
148produção. Enfim, nós fizemos uma solicitação ao DConama... Ao Conama,
149apresentamos a propositura, ela andou concomitantemente com a votação do
150Código Florestal. Então nós ficamos meio que... Não vou dizer um limbo, mas
151um período em que nós ficamos em *standby* todos nós, tanto o Ministério do
152Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional, aguardando a votação do
153Código Florestal. Hoje a proposição é de interesse social e utilidade pública
154para barramentos para agricultura irrigada e suas infraestruturas necessárias
155para poder fazer o procedimento acontecer. Em conversa inclusive com a
156Adriana, em conversa com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente e
157aguardando o novo Código Florestal nós discutimos que há possibilidade, ela é
158passível, ela acontece enquanto o Código Florestal não tinha sido determinado
159ainda, e o que aconteceu? O Código veio e alterou essa propositura. Então nós
160estamos aqui à disposição e aguardando as considerações do CIPAM para
161podermos dar continuidade à matéria aqui ou, se for de pertinência, tratá-la no
162Poder Executivo apenas porque está constando como interesse social a
163retirada do Conama dessa prerrogativa do acordo com o novo Código.
164Obrigada.

165

166

167**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - A proposta então... O próprio CONEM
168fez a retirada em função do fato da iniciativa estar tramitando no Congresso,
169um outro contexto, e nós aguardarmos acontecimentos. Alguma objeção ou
170podemos prosseguir? Podemos acatar e prosseguir?

171

172

173**A SR^a. LUCIANA** - Se o CIPAM achar possível que continue dentro do
174Conama determinada parte da matéria, Secretário, nós agradecemos também.
175O que for decidido dentro desse Comitê.

176

177

178**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Determinada parte?

179

180

181**A SR^a. LUCIANA** - Na verdade, o que acontece? Teve um parecer aqui, se não
182me engano, do Di Flor, não é? Dizendo que parte seria interessante continuar
183porque tem a parte de baixo impacto ambiental, Secretário, que querendo ou
184não se você for imaginar um projeto de irrigação bem dimensionado, bem
185estruturado, me corrija se eu estiver errada, ele proporciona um baixo impacto
186ambiental, inclusive mitigação em termos de enchentes, de destruição do meio
187ambiente em função disso. Então, assim, se puder continuar a matéria com
188essa outra vertente também nós podemos continuar com ela dentro do
189Conama porque o parceiro Meio Ambiente é muito importante para nós no
190Ministério e o Conama.

191

192

193**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Deusdará eu posso socorro pelo
194seguinte: porque a iniciativa veio da integração, o Ibama... Uma coisa é acolher
195parcialmente, outra coisa tem que haver a permanência do interesse de vocês,

196senão o Ibama vai pegar carona nisso aí, vai levar uma coisa para frente, mas,
197na verdade, a motivação é de outra natureza, eu preferiria que fosse uma coisa
198mais bem fundamentada. Então vocês avaliem se vocês mantêm ou não, e se
199for manter como é que nós trabalharíamos essas reformulações em curso. Eu
200acho que falta um tratamento, uma limpeza na proposição, mas Deusdará eu
201conto com o seu esclarecimento para nós vemos como é que prossegue.

202

203

204**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Primeiro me apresentar...
205Reapresentar-me. Raimundo Deusdará, eu estou assumindo a representação
206do Ministério do Meio Ambiente na qualidade de titular.

207

208

209**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – E também Diretor de Gestão
210Estratégica no lugar do Volney.

211

212

213**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Diretor de Gestão Estratégica
214no Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, Luciana, aqui quando ele fala do
215art. 3º de interesse social ele esqueceu também que no Inciso X está de baixo
216impacto ou... Então repete essa implantação de instalações necessárias à
217captação e condução de água, pode ser considerada tanto de interesse social
218como de baixo impacto ambiental, Alínea E do Inciso IX e ela é repetida no
219conceito de baixo impacto ambiental. Então, ontem, nós ficamos em uma
220discussão até tarde com o relator da matéria, que é o Deputado Agassiz e com
221o vice-relator que é o Deputado Edil Araújo. Existe uma pressão muito forte de
222um grupo de deputados liderados pelo Luís Carlos Heinze de introduzir um
223artigo no Código Florestal que permitiria a implantação de projetos de irrigação
224em áreas de preservação permanente. Nós da área ambiental entendemos que
225esses dois artigos... Esses dois incisos, tanto de interesse social e do de baixo
226impacto ambiental, quando falam da necessidade de captação e condução de
227água eles contemplam irrigação, eles não falaram claramente irrigação, mas
228nós entendemos que captação e condução de água estaria implícito... Estaria
229atendida a demanda da irrigação nos dois pontos, poderia ser considerada de
230interesse social e poderia ser considerada de baixo impacto ambiental. Há um
231outro ponto que seria uma salva guarda, se necessária, que na Alínea G fala:
232“Outras atividades similares, devidamente caracterizadas e motivadas em
233procedimento administrativo próprio quando inexistir alternativa técnica e
234locacional, a atividade proposta definida poderá ser definida em atos do chefe
235do Poder Executivo Federal”, quer dizer, ainda há uma possibilidade se houver
236alguma interpretação equivocada que não acomode a irrigação de que o chefe
237do Poder Executivo Federal baixe um Decreto Regulamentar dando os critérios
238de como isso pode acontecer. Eu estou sem a lei aqui, mas ainda existe uma
239alternativa que é remeter para o Conama aquelas situações em que... De
240especificidade que o Conama possa eventualmente assumir para tentar refazer
241uma regulamentação infralegal. Então, assim, Secretário, eu acho que esse
242assunto está um pouco prejudicado em função... Desde a discussão do Código.
243Isso está acontecendo hoje, a sugestão seria não retirar, não arquivar, não
244encaminhar, aguardar o desfecho do Código porque esse assunto deverá ser
245definido de hoje para amanhã, tem 2 dias para ser votado, ou entra ou...

246

247

248O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) – Mas na verdade nós vamos aguardar
249a votação. Na próxima reunião do Conama, sem ser essa, isso já vai ter
250pacificado. Então vamos sobrestar o tema e vamos para frente. Só sugiro que,
251à luz da legislação, se for aprovado sejam feitos os ajustes necessários.

252

253

254O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Porque a Resolução não
255trata somente disso.

256

257

258O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) – Perfeito.

259

260

261A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
262**DConama)** - Eu pergunto só uma coisa: se... Porque como essa é uma
263definição que se deve ter em pouco tempo, se não...

264

265

266O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) - É aprovação.

267

268

269A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
270**DConama)** - Então está bem, porque eu iria perguntar não seria pertinente o
271CIPAM admitir a matéria com uma reformulação, mas não porque ainda tem
272muita discussão pendente.

273

274

275O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aqui vale o escrito, e o escrito vai demorar para
276ser votado.

277

278

279A SR^a. LUCIANA - Eu acho que o ideal seria nós aguardamos realmente os
280desmembramentos que a MP vai ter. Eu agradeço.

281

282

283O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) – Segundo processo: a proposta de
284Resolução que altera o artigo da Resolução sobre o prazo para implantação do
285programa de inspeção e manutenção de veículos em uso. Bom, aqui o que
286ocorre? Há uma proposição do Governo do Estado de Santa Catarina que
287solicita prorrogação do prazo de implementação pelo estado do plano de
288controle de poluição veicular, PCP, em 25 de abril de 2012, prazo esse já
289expirado, para 25 de abril de 2013. Bom, aqui, na verdade, nós temos uma
290típica situação do que acontece no Governo, nós baixamos uma legislação, a
291legislação estabelece um prazo, ninguém cumpre. Nós estamos diante de um
292fato consumado. A posição do Ibama é contrária a qualquer proposta de
293adiamento de implementação dos programas uma vez que os prazos são
294definidos em função de estudos, resultados da análise e etc. Muito bonita a
295posição do Ibama, mas infelizmente nenhum estado cumpriu. Então a pergunta

296é se nós... Como nós vamos nos posicionar em relação ao assunto, nós
297colocamos isso para dentro... Quem vai falar pelo Governo do Estado de Santa
298Catarina?

299

300

301**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
302**DConama)** - O Governo de Santa Catarina ontem nos informou que não viria,
303então estamos fazendo um relato. E aqui a tarefa do CIPAM realmente é só
304admissibilidade e competência do Conama, o mérito é tratado em Câmara caso
305nós entendamos que a matéria é admissível.

306

307

308**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Eu não vejo o porquê nós recusarmos
309a proposição...

310

311

312**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo de Estado**
313**de Tocantins)** - Secretário, como nós aqui temos 2 representantes dos
314estados, eu e o... Alexandre, do Estado do Tocantins. Todos os estados estão
315com muitas dificuldades, nós fizemos aquele mutirão no ano passado, eu acho
316que 95% dos estados conseguiram elaborar os seus planos, publicar os seus
317planos, mas aí vem toda uma questão operacional, você licitar, isso e aquilo.
318Então, é mais que pertinente essa propositura, então... Eu não se o Grayton
319me acompanha, mas... Pela admissibilidade da matéria.

320

321

322**O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** -
323Acompanho com certeza.

324

325

326**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** - E na visão de vocês qual é a
327perspectiva que os estados têm para implantar isso de maneira segura e que
328possa operar redondo e fazer funcionar? Tem uma ideia?

329

330

331**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Salvo engano aqui a minuta
332seria para prorrogar até 25 de abril de 2013. Ora, nós estamos em setembro de
3332012, do ponto de vista real, nós temos outubro, novembro, dezembro, janeiro,
334fevereiro, março e abril, 6 meses. Será que esse prazo...

335

336

337**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo de Estado**
338**de Tocantins)** - Por exemplo, no Estado do Tocantins agora que está se
339trabalhando a fase de edital, uma concorrência dessa nem sempre ela caminha
340do jeito que nós imaginamos. Então eu concordo com esse aspecto não só de
341admitir a matéria, mas há de se pensar em alongar esse prazo para que os
342estados consigam fazer essa parte.

343

344

345 **SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – De fato eu acho que seria
346 oportuno que nós tivéssemos uma leitura do cenário nos estados. Eu acho que
347 que você acabou do falar é importante porque diferencia muito de um estado
348 para o outro. Se nós pudéssemos ter isso subsidiaria bem para definirmos
349 melhor o prazo porque senão pode chegar daqui a um tempo e adia de novo e
350 eu acho que isso é muito desgastante.

351

352

353 **SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** - Primeiro pela
354 admissibilidade e segundo, sem querer obstacular qualquer tipo de discussão
355 importante porque pelo que eu estou entendendo agora vamos votar
356 admissibilidade ou não, a questão do prazo é importantíssima. E não vai ser
357 votado pó agora, é coisa para a Copa do Mundo de 2014, sem nenhum tipo de
358 comparação e sem nenhum tipo brincadeira, eu estou falando porque eu
359 conheço a realidade de Minas Gerais. Não sabemos agora se quem vai tomar
360 conta é o DETRAN ou FIAN, se tiver dinheiro é um, se tiver dinheiro é outro,
361 entendeu? Então para não criar problemas eu sou pela admissibilidade e
362 levantando a questão do prazo para frente. Que vai ser preciso.

363

364

365 **SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** -
366 Concordo plenamente e o caso do Amapá também, inclusive, nem para o
367 primeiro semestre ou até o segundo semestre do ano que vem o Amapá não
368 estaria apto.

369

370

371 **SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Eu só queria sugerir o
372 seguinte: que nós também não deixemos a coisa tão aberta. Para chegar na
373 Copa de 2014 pode ser que passe da Copa 2014, eu acho então que nós
374 temos que dar um limite, acho que temos que dar uma proposta porque a
375 sociedade está esperando algum encaminhamento mais pragmático. Nós já
376 lançamos essa demanda, não foi cumprida agora, claro, está compreensível,
377 mas também que nós pensemos aqui e aí que eu sugiro que nós tenhamos
378 uma ideia dos estados, qual o horizonte, que eles apresentem a situação em
379 que estão hoje para que nós tenhamos... Possamos estabelecer, dizer:
380 “Olha...”, fazer uma proposta ou ao menos nós possamos conduzir isso aqui no
381 âmbito do Plenário, não ficar tão solto.

382

383

384 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
385 **DConama)** - Na verdade você possa estar fazendo realmente o primeiro juízo
386 de admissibilidade, quem vai discutir isso dando critérios e analisando a
387 situação dos estados é a própria Câmara Técnica. Essa matéria vai para a
388 Câmara de Qualidade Ambiental então e, só adiantando para vocês, o
389 Secretário Pedro Wilson, de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, no
390 final de julho agora fez um documento, um ofício, para todos os secretários de
391 meio ambiente dos estados exatamente procurando saber como é que está a
392 situação, porque como a Resolução do Conama previa o prazo de 25 de abril e
393 a informação que nós temos é de que a maioria não conseguiu implementar
394 essa etapa, alguns alegam problemas com o inventários de fontes móveis de

395 poluição, outros são questões de licitação, então nós... O Ministério vai fazer
396 esse levantamento e nós contamos com o apoio da ABEMA para nos traçar um
397 quadro mais realístico para que nós possamos ter uma previsão real porque,
398 assim, mina muito a competência do Conama quando nós começamos... A
399 credibilidade quando nós começamos a ter resoluções que tenham um prazo
400 que não é exequível, mas essa é toda uma discussão da Câmara.

401

402

403 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** - E nós temos que ter clareza
404 que a abrangência desses programas inicialmente não chega a ter um
405 percentual muito reduzido, nós não podemos pensar: "Ah, vai colocar o
406 programa funcionando e vai fazer 100%", isso é quase impossível. Então que
407 também tenha um escalonamento, que isso fique claro na Resolução para que
408 nós possamos... A sociedade possa ter controle, acompanhar isso, colaborar
409 de maneira construtiva nesse processo e os estados possam cumprir essas
410 etapas com clareza, não só ter o... "Ah, vai começar", sim, começar, mas vai
411 atingir quantos por cento dos automóveis?

412

413

414 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Então vamos pela admissibilidade e
415 na Câmara vamos ver eventualmente outros propósitos mais fundamentados
416 relacionados a prazo. Mantendo a pressão, mas com prazo realista, não é?
417 Terceiro ponto: agenda de discussão. Aqui nós temos 3 pontos, o primeiro
418 ponto é relacionado a Rio+20, o Day After; segundo ponto relacionado ao
419 Código; o terceiro ponto relacionado à Câmara de Floresta. Em relação à
420 Rio+20 tem uma proposição de que seja feito um relato por parte do
421 Embaixador Corrêa do Lago e aqui dos dirigentes do Ministério em relação aos
422 saldos e serviria também para manifestação, vários outros participantes do
423 Conama têm o que dizer também, seria o momento de fazermos um pequeno
424 balanço, uma avaliação do ponto de vista nosso sobre o significado dos
425 desdobramentos. Tudo bem?

426

427

428 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Só uma sugestão, é que nós
429 tenhamos a oportunidade de conversar e trocar idéias porque nós temos uma
430 sensação, nos últimos encontros que nós tivemos com a presença da Ministra,
431 que nós não tivemos a oportunidade de conversar, nós ouvimos. Eu creio que
432 nós possamos colaborar mais. Acho que podemos estabelecer um prazo, claro,
433 o tempo que nós vamos usar no Plenário do Conama para que isso aconteça e
434 deixe para que os vários setores possam se posicionar. É um debate, que o
435 debate seja uma oportunidade de diálogo.

436

437

438 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Ronaldo
439 Vasconcelos, Ponto Terra. Exatamente o que o Miguel concluiu, o Embaixador
440 faz a palestra e dá um tempo, uma hora, 45 minutos ou 52 minutos, não sei
441 quantos minutos, para que as pessoas se manifestem e ele responda. Coisa
442 bem democrática, transparente e objetiva.

443

444

445A **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
446**DConama)** - Ainda do ponto de vista preliminar o que nós pensamos em fazer
447é primeiro essa exposição do Embaixador, os secretários do Ministério falam
448sobre compromissos assumidos, avanços e etc., avaliação, e daí nós
449dividiríamos o tempo igualmente por segmentos de forma que todos possam
450fazer as suas avaliações. Então tanto o setor empresarial, Sociedade Civil, os
451estados e os municípios. Com isso nós diminuimos um pouco essa sensação
452que nós estamos muito atentos a ela de algumas falas que aconteceram no
453Conama e que não houve espaço para um verdadeiro debate. Nós estamos
454dando um espaço de reflexão igual para todos por segmento. Isso eu acho que
455contempla a preocupação.

456

457

458**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Tudo bem então? O segundo ponto
459colocado como proposta para discussão relaciona-se com a Resolução... Das
460revogações, Resoluções pelo Código. Naturalmente essa parte precisaria ser
461precedida de um informe sobre o próprio Código, nós faríamos um balanço de
462como é que está indo o Código e encaminhamento de algumas providências
463relacionadas à limpeza, ao aperfeiçoamento da legislação em função do que já
464está decidido. Talvez isso não vá acabar porque o Código talvez não vá ter
465sido votado... Certamente não vai ter sido votado, mas é o início dos trabalhos
466relacionados à Resolução... A revogação de algumas resoluções. Isso será
467apresentado as minutas de Resolução para depois ter detalhamento. Então são
468duas partes, uma relacionada ao informe e outra relacionada ao
469encaminhamento de revogação de resoluções.

470

471

472**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo de Estado**
473**de Tocantins)** - Eu acho que esse ponto aqui nós devemos tratar não só a
474questão do Código Florestal, mas eu acho que o Conama deve buscar uma
475disposição muito séria em função da Lei Complementar 140, eu acho que isso
476aí sim está trazendo uma série de dúvidas e uma insegurança muito grande.

477

478

479**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Então nós vamos acrescentar aqui um
480quarto ponto que é um informe sobre a Lei Complementar 140. Nós estamos
481começamos a discussão, essa vai ser uma discussão longa sobre a
482modelagem da regulamentação e eu acho que é natural que todos participem,
483manifestem as suas preocupações. O Deusdará deve coordenar esse trabalho
484no Ministério e nós temos muito chão pela frente.

485

486

487**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Secretário, só uma
488preocupação: contando que 18 de setembro eu acho que cai no segundo se
489fosse concentrado do Senado, certamente o Código não será aprovado. Nós
490temos que entender que existe uma lei já aprovada, a 12.651. A questão da
491irrigação, por exemplo, está na lei aprovada, não está sendo submetida a
492emendas. Tem uma Medida Provisória 571 que recebeu 696 emendas, 343
493requerimentos de destaque que vão ser julgados a partir de hoje às 14h. Então
494é como o senhor colocou, esse negócio vai render em setembro. A

495preocupação do informe é que seja um informe de andamento porque se for
496um informe de conteúdo para...

497

498

499**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Algumas resoluções nós vamos ter
500que pensar... Em função da lei aprovada, não em função da 571 para não se
501reabrir uma discussão sobre o Código, uma coisa operacional... Por exemplo, a
502LC 140 pegou o zoológico, então o zoológico... Entendeu? Para nós darmos
503foco à discussão no Conama e gerar resultados com a possibilidade do Grupo
504de Trabalho que era para você falar.

505

506

507**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
508**DConama)** - Provavelmente o que nós estamos pensando em termos de
509funcionamento do Conama e organização metodológica disso seria criar um
510Grupo de Trabalho na Câmara Técnica ou nas Câmaras Técnicas pertinentes
511com suporte técnico bom, porque isso tem uma questão operacional que o
512Ibama e o MMA vão ter que nos dar esse aporte, para que nós comecemos a
513fazer um levantamento de quais são essas resoluções. E daí as situações são
514diferenciadas, tem resolução que tem que ser revogada por inteiro. tem
515algumas que têm que ser modificadas, têm algumas que... Enfim, são
516situações muito variadas que nós precisamos dar uma segurança jurídica e
517também cabe avaliar antes se não é melhor fazer esse esforço todo depois de
518aprovada a MP porque tem muitas mudanças ainda, talvez nós comecemos
519pela LC 140. São cenários ainda indefinidos, mas que até setembro na Plenária
520de 12 e 13 provavelmente nós já tenhamos como encaminhar alguma coisa.

521

522

523**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - O outro tópico é justamente o
524encaminhamento e Informe sobre a discussão da Licença (...). Nós estamos
525começando esse debate aqui no Ministério; não é um debate só do Ministério,
526é um debate de todos. Acho que se é um assunto que, sem dúvida, diz respeito
527ao cerne dos nossos arranjos federativos, que vai envolver clarificação de
528competências Federais, Estaduais e Municipais; vai envolver como é que ficam
529certas interdependências; e é um trabalho que deve ser coordenado aqui pelo
530Ministério. Naturalmente com o protagonismo do Ibama e com a participação
531de todos os interessados, mas nós precisamos abrir essa conversa lá e
532recolher também as contribuições e questões todas. Bom, o outro tema que
533nós trazemos aqui para reflexão de vocês é um paradoxo; a nossa Câmara
534Técnica de Florestas não se reúne desde Maio de 2009. Isso não pode ser.
535Tem o alibi do código, mas não é suficiente. Eu acho que nós precisamos
536repensar e reavaliar; é uma pena que o Marcílio, eu acho que não pode
537comparecer; nós não podemos deixar esse assunto à míngua. Tem vários
538assuntos relacionados à questão florestal, que não diz em respeito ao código, e
539que nós precisamos pensar; desde a modelagem de concessão de flonas, até
540a questão da economia florestal, cadeia de sociobiodiversidade, combate à
541madeira ilegal, incentivos econômicos para a exploração da madeira de forma
542sustentável, pesquisa na parte de agricultura para subsidiar projetos de
543manejo, enfim. Então, eu acho que nós temos que ter uma conversa sobre
544isso, franca. Esse ponto também deve para ir para a Pauta. Além disso, tem

545um outro tema, que não está aqui, mas que eu trago a vocês para consulta, é
546se interessaria convidar o... Porque nós levamos a última reunião o
547Zimmerman para levar sobre a matriz energética, mas houve muito pouco
548tempo para debate. A forma de exposição dele não favorece, até por sendo
549Engenheiro falou, mas eu tinha pensado em convidar o Tomas Tim, da EPE,
550que tem uma visão também menos, até pela a visão que a EPE faz, abrir uma
551discussão sobre matriz energética e sobre o planejamento energético no Brasil.
552Então se vocês autorizarem, eu convidarei ele para falar na próxima reunião
553também, que eu acho o que assunto 'matriz energética' foi tão pouco no
554debate, que não deu para nós "estourarmos" a conversa. Porque houve um
555atraso e a Ministra chegou. Ele não terminava e ela foi esperando, foi
556desesperador. Mas nós, naturalmente, abriríamos espaço mais para a
557conversa e chamaríamos o Maurício para fazer uma discussão mais ampla.
558Tudo bem? Tudo bem. A cláusula de que tem que ter tempo para o debate.

559

560

561**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
562**DConama)** – O Paulo Brack tinha levantado essa questão de que esse era um
563assunto que tinha que permanecer na próxima reunião, exatamente pela falta
564de debate. Então com essa ideia do Secretário, nós encaminhamos o assunto
565com uma nova dinâmica, e brindo o espaço.

566

567

568**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - O último ponto em que estava
569programada a conversa aqui, antes de nós abrirmos para a discussão, é a
570questão da integração do Conama e do Conselho Nacional de Recursos
571Hídricos. Teve uma Nota, que foi elaborada pelo Mauricio, nosso Secretário do
572Conama e Conselheiro da ANA, e traz uma série de reflexões sobre o assunto.
573A ideia seria ver como nós faríamos uma discussão, uma conversa comum,
574mas eu passaria a palavra para o Maurício, que está aqui presente; ele mesmo
575colocar o que você está pensando do ponto de vista desse Informe e da
576proposição que você traz no Seminário, onde há essa participação conjunta de
577ambos os Conselheiros seria viabilizada.

578

579

580**O SR. MAURÍCIO ANDRÉS (ANA)** – Bom, na realidade, essa Nota foi uma
581elaboração conjunta, o (...) participou, também a Adriana e o Robson estiveram
582lá, mas o Júlio Tadeu e a Cristina do CNRH. Foi um trabalho coletivo que eu fiz
583um pouco a relatoria desse trabalho. E basicamente ele coloca alguns
584antecedentes nesses 15 anos da Lei nº9433 do CNRH, andou através de
585algumas Resoluções nesse sentido da integração. Então houve lá uma
586Resolução do CNRH sobre outorga e licenciamento; uma outra sobre questão
587de procedimentos para enquadramento de curso d'água; houve também outra
588sobre a questão de enquadramento de águas subterrâneas. E da sua parte o
589Conama também fez um pouco, andou um pouco através de algumas
590Resoluções. Por exemplo, a revisão da Resolução Conama nº020, que gerou a
591Resolução nº357, sobre questão de classificação de corpos d'água, e também
592padrões de lançamento de efluentes; depois houve algumas outras resoluções
593do Conama também simplificando os procedimentos para licenciamento de
594esgotamento sanitário e de disposição final de lixo. Então, houve nesses

595 últimos anos aí alguns movimentos nesse sentido da melhor reintegração.
596 Houve também, em Novembro de 2010, um Seminário desse tipo dos da matriz
597 de energéticos, sobre integração de política de recursos hídricos, e política
598 ambiental. Um seminário também mais assim do ponto de vista conceitual, mas
599 sem deliberações. Então essa Nota que foi produzida ela traz algumas
600 proposta de encaminhamento desse tema, que é um tema assim bastante
601 gasto, que envolveria, se nós formos lá ao longo prazo, até o Congresso
602 Nacional também através da uma Lei de Responsabilidade Hídrica, que
603 pudesse adiantar algumas metas para poder serem alcançadas ao longo do
604 tempo. E também ações no âmbito, eu acho que do próprio Ministério e do
605 Ibama, porque tem uma Pauta hídrica também relacionada com o Ibama e
606 ações mais específicas ligadas a temas que poderiam ser ativados dentro do
607 CNRH e dentro do Conama. No caso do CNRH, nós identificamos lá no
608 planejamento de temas prioritários para o CNRH, uma série deles que têm a
609 ver com gestão ambiental também, e que eventualmente poderiam ser ativadas
610 lá dentro do CNRH para poder ir encaminhando, no sentido dessa maior
611 integração. No caso do Conama, o que nós verificamos é que existe, quer
612 dizer, existiu aí nos últimos anos um conjunto de temas relacionados a
613 recursos hídricos, mas que se esgotaram. Então, hoje talvez, até do mesmo
614 modo como a queima de florestas está um pouco sem Pauta, e o Conama está
615 na minha visão um pouco “desidratado”, vamos dizer assim, no sentido de que
616 não existem temas relacionados com a gestão das águas relevantes hoje na
617 Pauta das Câmaras Técnicas do Conama. Se isso seria também alguma coisa
618 que caminharia nessa direção. Agora fora isso, também tem até o Doutor
619 Vicente lá da ANA que bateu muito nesse ponto, nessa questão de como se
620 viabilizariam os aspectos de Resoluções conjuntas entre os dois Conselhos. Aí
621 tem toda a questão legal relacionada com isso e etc. Esse foi um ponto
622 também que foi tratado nessa Nota que eu produzi. Então, basicamente, é o
623 relato aí.

624

625

626 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) – Eu vou dar uma sugestão, porque**
627 aqui está como Informe. Eu acho que poderia se abrir uma discussão lá sobre
628 isso. Você faria uma apresentação do Informe, mas abrisse para o próprio
629 Conama, porque, de certa forma, o fato de nós não estarmos aproveitando as
630 oportunidades relacionadas às Agendas de recursos hídricos e interfaces, eu
631 acho que pode ser uma coisa importante para os Conselheiros também se
632 manifestarem, discutirem. Tudo bem? Vocês acham uma ideia boa?

633

634

635 **O SR. MAURÍCIO ANDRÉS (ANA) – O Informe sobre essa Nota, na Plenária**
636 do Conama?

637

638

639 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
640 **DConama) – Sobre a forma de integração, pelo o que eu compreendi era isso.**
641 Nós temos um belo desafio pela frente; a Ministra está nos incentivando e nos
642 Pautando em relação a isso, tanto no Conama, quanto no CNRH. São dois
643 Conselhos, competências distintas, todos eles tratam sobre recursos hídricos.
644 Um sobre o aspecto mais de uso e geração de energia e etc., mas é a vertente

645econômica; e o Conama mais na questão da qualidade do recurso mesmo,
646manutenção. Agora, alguma integração nós vamos ter que buscar. A forma...

647

648

649**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - Ao invés de ser um Informe, abria a
650discussão no Conama sobre o assunto.

651

652

653**O SR. MAURÍCIO (CONAMA)** – Mas nesse ponto, eu não sei, porque já
654aconteceu nesse evento de Novembro de 2010, exatamente isso: foi uma
655discussão ampla, mais conceitual. Eu não sei em que uma nova discussão
656agregaria a aquilo que já foi mais ou menos tratado nessa Reunião Plenária do
657Conama de 2010.

658

659

660**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
661**DConama)** – Talvez, Secretário, o que nós possamos fazer é avançar daqui
662para a Plenária, temas de interesse dos dois Conselhos, e aí nós levaríamos
663uma discussão para dizer: “olha, esse é um tema que tem interface na
664competência dos dois”, e aí sim nós teríamos uma proposta concreta para fazer
665de discussão de um tema. Por exemplo, o Maurício chegou na última Câmara
666de Controle, que foi a primeira do Deusdará, um assunto que é da ECODATA,
667que era o ‘aproveitamento hidrelétrico, estudo integrado de bacia hidrográfica’.
668Esse era um tema que se pode talvez; nós ficamos de elaborar um seminário
669sobre o isso. Esse é um tema que pode trazer os dois aspectos, não é
670necessariamente do jeito que está aqui competência do Conama, mas pode vir
671a ser, se houver uma reformulação na proposta; e tem interface com a
672competência do CNRH. Então tem algumas coisas que nós temos que levantar
673e amadurecer daqui para a Plenária de Setembro, e levar para a Plenária
674algum indicativo do que as Câmaras vão fazer. Essa é uma proposta.

675

676

677**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Mas de qualquer forma, eu acho que o
678argumento do Maurício fica na verdade, nós tivemos essa discussão menos de
679dois anos atrás, aberta.

680

681

682**O SR. MAURÍCIO ANDRÉS (ANA)** – Talvez, não sei, um encaminhamento
683seria tentar examinar qual é o temário, tanto no CNRH, como no Conama que
684deveria ser ativado daqui frente, mas quase de baixo para cima também,
685através de incluir esses assuntos nas Câmaras Técnicas, criar Grupos de
686Trabalho; mas lá na frente vai chegar como propostas de Resolução nos
687Plenários dos Conselhos. Seria um caminho. Porque esse caminho da
688exposição ampla sobre a importância de integrar e tal, eu não sei...

689

690

691**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - Seria um Informe e com a sugestão de
692que essa discussão fosse monitorada em conjunto. Os encaminhamentos,
693tanto do CNRH, quanto do Conama contemplando o assunto, tivesse um
694tratamento mais articulado, mas manteria o caso de Informe.

695

696

697**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Deixa-me tentar contribuir
698com esse debate...

699

700

701**O ROBSON CALIXTO (Gerente do DCONAMA)** - Pelo o que eu entendi do
702Maurício, e a experiência lá da Câmara de Controle Ambiental, seria, na
703verdade, um Informe, mas já tentando materializar essa possibilidade dessa
704integração com a eleição de alguns temas, ou algumas coisas que estão
705represadas nas Câmaras Técnicas, tanto do Conama, como do CNRH, poderia
706ser reativadas, e aos poucos sendo analisadas com essa visão de integração.
707No caso nosso, tem esse caso específico que ela falou, de todos os Conselhos
708pediram vista, e vai voltar; vai voltar com a perspectiva... (*Intervenção fora do*
709*microfone. Inaudível*). A ANA esteve preocupada lá, a ANA esteve presente.
710Seria um exemplo, assim, um exemplo piloto de um assunto que certamente
711tem interfaces fortíssimas com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e
712que em algum momento nós vamos ter que conduzir e conduzir, e na hora de
713uma decisão, vai ter que ver qual o caminho que dá. Esse é um exemplo
714prático de um assunto que nós podemos até usá-lo como estudo de caso,
715como que essas coisas podem acontecer no dia-a-dia. Então eu acho,
716Secretário, que seria realmente um Informe e com a preocupação; não sei se
717está absorvendo a contribuição do Maurício; de ter temário.

718

719

720**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – (*Intervenção fora do microfone.*
721*Inaudível*). Está bom. Ficamos assim então? Bom, agora a palavra está aberta,
722se tiverem algumas outras sugestões. Sim, Miguel?

723

724

725**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** - A respeito dessa proposta da
726ECODATA, que eu queria justamente saber que eu li os Pareceres, e a
727sugestão é que ela não entra em Pauta, mas da nossa parte nós consideramos
728que ela trás um elemento muito interessante para a gestão de recursos
729hídricos, que é a 'avaliação integrada das bacias hidrográficas'; acho que é
730uma ferramenta que pede não estar bem clara na proposta, mas eu acho que
731ela é uma ferramenta útil, que pode fortalecer os estudos de impacto, a
732avaliação e ir mais a fundo nesse raciocínio do quanto essas ações de uso de
733embarreamento dos rios, são de fato benefício ambiental, que eu não acho
734que é tão factível assim como vocês enfatizou. Nós temos aqui as nossas
735dúvidas, e eu acho que essa ferramenta não está contemplada nas avaliações
736de impacto. Eu acho que nós não podemos perder de vista... E eu gostaria de
737saber qual o encaminhamento que nós podemos dar a essa Pauta, diante
738dessa posição dos Pareceres do Ibama e do Ministério. A outra coisa que eu
739quero colocar, é que está aqui no nosso Regimento Interno, é a respeito do Art.
74028, que é da nossa competência aqui do CIPAM, que é fazer avaliação, a
741implementação e a execução de política ambiental do País. Eu creio que
742mesmo que nós não tenhamos planejado isso, mas nós temos que estar
743atentos a isso, porque essa Comissão, e o próprio Plenário podem trazer uma
744contribuição interessante a respeito desses dois encaminhamentos: da

745implementação e da execução da política ambiental do País. Eu acho que isso
746pode se somar a toda essa avaliação, já que a Ministra frequentemente faz
747quando ela ocupa o espaço à Mesa do Conama. Infelizmente nós não temos
748oportunidade de nos manifestarmos a respeito de tantas coisas que ela
749relaciona; já foram até comentários de que parece que nós não estamos no
750Brasil, que é tanta coisa boa acontecendo; mas ao mesmo tempo, as
751realidades na ponta são um pouco diferentes. A leitura que se faz ela é muito
752positiva, ainda bem, demonstra um envolvimento e uma dedicação muito
753grande do poder público e do Ministério para implementar essa Agenda, mas
754nós percebemos que as particularidades no País são muitas. Então nós
755teríamos que ter a oportunidade de enfatizar isso também, e ver quais os
756caminhos que estão sendo adotados para poder superar as dificuldades na
757implementação dela. Então eu acho que é uma colaboração que o CIPAM e o
758Plenário podem trazer, se nós pudermos trabalhar esses itens: essa avaliação
759e a implementação da política; esse item. E eu queria provocar também uma
760discussão da integração dos órgãos colegiados de meio ambiente, eu queria
761entender melhor como é que funciona isso, ou como não funciona. Porque na
762prática, nós, falando como ator não-governamental empreendendo projetos
763conjuntos, até principalmente com o setor público. No nosso caso, a
764experiência que eu pessoalmente vivo lá no Acre, nós justamente encontramos
765isso como o grande problema; são os vários Ministérios ou os vários órgãos
766representantes dos Ministérios, sem falar no Governo de Estado, parece que
767nem se conhecem e não conseguem combinar nada. Então eu acho que seria
768um exercício interessante de nós apresentarmos para o Plenário, também o
769quanto de fato nós aqui no CIPAM podemos provocar isso, ou podemos agilizar
770isso; ou estamos entendendo como isso não funciona, o grau de dificuldade
771que isso tem sido para ser efetivado; e até demonstrar: “olha, na nossa
772perspectiva, essa integração vai melhorar, dependente disso e disso.” Eu acho
773que nós deveríamos tentar estudar um pouco esses dois aspectos, que eu
774acho que pode ser uma colaboração muito rica no processo de construção
775dessa política ambiental no País, na sua maior efetividade. E outra coisa,
776desculpe, é dos itens 1 e 2 aqui, que a Agenda do Conama e a Agenda
777Nacional do Meio Ambiente, que nós temos que apresentar na penúltima
778Reunião Ordinária Anual, que vai ser agora. Eu não sei o quanto nós temos
779que cumprir isso, mas está aqui na nossa obrigação.

780

781

782**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – A minha tentação é dizer o seguinte:
783que você está levando muito a sério as nossas competências, não é Miguel?
784(*Risos!*)

785

786

787**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Desculpa, é a primeira vez,
788Secretário.

789

790

791**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - Eu falo isso é no bom sentido A
792questão da avaliação da implementação da política, é uma discussão séria e
793grave. Obviamente, eu acho que é uma coisa que transcende em muito que
794nós podemos fazer. Agora o que nós podemos fazer? Acho que essa é a boa

795pergunta que você está colocando, e é uma boa pergunta. Como que nós
796podemos contribuir para que se reflita sobre isso? O Ministério faz muitas
797coisas, mas essa visão de conjunto amarrada de uma forma compreensiva, ele
798não consegue endereçar. Eu acho que é uma pergunta assim, me ocorreu aqui
799algumas ideias, mas eu vou me permitir pensar um pouco antes de retornar,
800para nós conversarmos em uma próxima reunião nossa. Mas eu acho que é
801uma pergunta que dá margem a algumas especulações interessantes. A
802segunda, eu acho que é uma pergunta mais concreta sobre a questão da
803integração dos órgãos. Uma coisa que nós podemos fazer, é antes de nós
804falarmos da integração, é informar; informações às vezes ajudam a melhorar o
805patamar da informação, começam a melhorar um pouco a possibilidade de
806integração. Tem alguns órgãos, por exemplo, que do ponto de vista de
807recursos, você tem desde um Conselho do 'Fundo Clima', um Conselho do
808'Fundo Amazônia'. Agora, você tem Conselhos como o CGEN e a Comissão
809Técnica de Agrotóxicos, são dois Conselhos importantes, e nós estamos
810tentando problematizar a forma de eles funcionarem, e são Conselho
811fundamentais para a política ambiental. Uma ideia que me ocorre, são
812pequenas exposições sobre esses Conselhos antes de chegar à integração,
813que é a competência a qual você faz referência. Porque realmente são áreas
814muito... Vocês conhecem, o Ministério é muito fragmentado, a Agenda é muito
815pulverizada e a tendência é o problema se aprofundar e não ser levado em
816conta. Então, talvez, nós pudéssemos fazer pelo menos, na própria reunião do
817Conama, dois breves Informes sobre o CTA e sobre o CGEN, se vocês
818concordarem; só para informar, caminhar na direção de discutir e articular
819melhor. Mas são áreas importantes do Ministério e que estão atrofiadas, estão
820sendo revisadas, precisam ser revisadas, são Conselhos Interministeriais e que
821têm um papel importante na discussão de meio ambiente do País. Então se
822vocês concordarem, pelo menos a esse Conselho, nós podemos trazer para
823breves Informes. Ok? Então nós faríamos esses Informes sobre os Conselhos.
824E sobre a questão da avaliação da implementação e execução, eu
825particularmente, eu acho que vale a pena pensar um pouco em como dar
826tratabilidade para uma competência tão abrangente, a partir de um Conselho
827tão estreito como o nosso; mas eu acho que é uma pergunta boa. Tudo bem?

828

829

830 **SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** - Só acrescentando
831 aqui, primeiro que eu acho importantíssimo a colocação da Rio+20 nessa
832 reunião, nós não poderíamos deixar passar todo aquele esforço que foi feito,
833 não só pelo o Governo, pelas instituições ambientais e pelo setor privado, quer
834 dizer, um esforço ali de meses em cima daquela Rio+20. Não poderíamos
835 deixar passar em branco isso; tinha que ser colocado de alguma maneira
836 dentro da nossa reunião do Conama. Agora, eu só fico um pouco receoso,
837 porque eu estou vendo a quantidade de assunto que está sendo colocada
838 nessa mesma reunião; a questão da matriz energética, a questão do Código
839 Florestal, a questão de integração com o CNRH, da questão da Rio+20...

840

841

842 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Curiosamente, mas os assuntos vão
843 mais para a discussão, do que para propriamente a deliberação. Então talvez
844 nós precisássemos de uma reunião mais de discussão mesmo, mais solta, do

845 ponto de vista de conversa e menos processamento de decisão. Se não tiver
846 aquela “enxurrada” de Moções, nós vamos poder ter uma reunião de trabalho
847 de conversa, de exploração dos assuntos. O que me parece, Mário, é que
848 também que é uma aspiração do pessoal que está aparecendo aqui na
849 reunião, mas que o pessoal do Conselho tem que colocar. As pessoas querem
850 discutir. O formato do Conama não favorece a discussão, eu falo com muita
851 franqueza; a escala, o número de pessoas, o tempo disponível. Talvez seja o
852 caso de dedicar essa reunião para discussão mesmo, para mais conversa e
853 menos deliberação. Podemos também, se vocês acharem conveniente,
854 postergar alguns dos sistemas para outros. Por exemplo, os Conselhos nossos,
855 deixarmos para a última reunião do ano, o CTA e o CGEN para não
856 congestionar demais.

857

858

859 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Eu acho que essa
860 discussão da Rio+20 é uma discussão densa, não pode ser simplesmente um
861 Informe. Eu acho que tem que ser um pouco mais densa. Como a de matriz
862 energética também, aquela vez nós fizemos um painel, mas que ocupou a
863 manhas inteira, e se não me engano entrou na hora do almoço, foi até cortado
864 a parte o debate em função do tempo.

865

866

867 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
868 **DConama)** – O que eu queria comentar é o seguinte: até o ano passado a
869 tarefa do CIPAM era avaliar a Pauta da Reunião Plenária. Então essa reunião
870 era feita 15, 16 dias antes, era exatamente imediatamente antes da
871 convocação da Plenária. Agora já não é mais essa competência. E realmente
872 foi bem lembrada, nós temos uma competência que já era do CIPAM, foi
873 mantida em toda a discussão do Regimento, mas que não vinha sendo
874 executada com tanta fidelidade como deve ser. Nós vamos ter que enfrentar os
875 temas colocados, e agora vamos ter que buscar uma maneira de fazer isso e
876 começar pelo o pouco. Bom dia Roberto, nós estamos no fim da reunião, mas
877 bem-vindo. Então, talvez, nós tenhamos que começar com essas competências
878 do CIPAM, realmente por coisas bastante pequenas e exequíveis; começar do
879 pouco e aí nós vamos crescendo. A integração dos órgãos então pode ser
880 dada via Informe. A Pauta da próxima reunião, como o Mário começou a
881 perceber, está começando a ficar congestionada. Então, se os senhores
882 permitirem, na hora em que as Câmaras terminarem de deliberar alguns
883 assuntos que estão em andamento, nós vamos ter que fazer, internamente,
884 uma avaliação de adequação do tempo possível que nós imaginamos, e se não
885 for possível tratar tudo nesta, fica para a próxima, que é em Novembro. Em
886 termos de temas para deliberação, nós temos: a restinga, do Estado do Rio,
887 que era uma questão pendente que já entra na Pauta; dragagem, e
888 provavelmente uma obrigação do produtor de veículos automotores em fazer
889 uma renovação para a questão exatamente da qualidade do ar; esse assunto
890 entra na Pauta da Câmara de Qualidade Ambiental amanhã e depois. A
891 previsão nossa é de que esses três estejam prontos pela Câmara de Assuntos
892 Jurídicos. Não havendo grandes Moções, nós não temos nada a represado;
893 nós temos que ver o que entra como Moção, que vai entrar 18 dias antes, a

894 ponto de ser previsto nessa Pauta, com 15 dias de antecedência. E aí nós
895 podemos adequar alguns desses temas que estão sendo pensados agora.

896

897

898 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - O CGEN e o CTA, nós podemos deixar
899 para a próxima. Nós já deixamos mais ou menos em tela, porque é uma
900 questão interessante. Pois não?

901

902

903 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
904 **DConama)** – E tem um outro tema ainda, desculpa. Deixa-me apresentar uma
905 outra questão que está sendo pensada essa semana, então não houve tempo
906 de pautá-la ali. Em Outubro tem a eleição, Secretário, dos CNEA, que é o
907 Cadastro Nacional... Além dos Prefeitos, é verdade! (*Risos!*). Do CNEA, que é
908 o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas. Com isso no Conama nós
909 temos renovação de 11 das 22 entidades que fazem parte do Conama. Tem
910 uma discussão que foi elaborada pela Secretaria Geral da Presidência da
911 República, que é uma metodologia de participação da sociedade nos vários
912 Conselhos que existem. Então, tem coisas que foram previstas, por exemplo,
913 como a nossa, que está na Lei nº 6.938, de 31 anos atrás; e tem mecanismos
914 mais eficazes de participação popular e social, que foram sendo construídos ao
915 longo desses anos. Talvez valha a pena colocar a controvérsia na reunião do
916 Conama. Isso é uma coisa que nós temos que pensar.

917

918

919 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Essa questão de mecanismo eficaz de
920 participação; depende do contexto, do objeto, do tema; mas tudo bem.

921

922

923 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
924 **DConama)** – Enfim, tem que se pensar a viabilidade, porque a eleição do
925 CNEA é em Outubro, e nós estamos fazendo uma ampla divulgação entre todo
926 o cadastro que se tem de entidades ambientalistas, para que a participação
927 seja efetiva. E por fim, sem me alongar, eu queria só comentar sobre o que
928 você lembrou, Miguel, sobre o estudo integrado de bacias hidrográficas. A
929 Câmara deliberou muito no sentido do que você levantou aqui, é um tema
930 importante, só que a maneira como foi construída a Resolução, não tem base
931 legal, porque não encontra, não está nos instrumentos da Política Nacional do
932 Meio Ambiente, elencados lá na nº6. 938. Então o que se fez? Foi um pedido
933 de vista coletiva, todos os integrantes pediram vistas; vai haver um estudo
934 efetivo do tema, isso vem para a próxima reunião da Câmara, com o indicativo
935 de se fazer um seminário; e aí nós abrimos o assunto.

936

937

938 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Bom, pessoal então... Pois não?

939

940

941 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** - Eu creio que para a próxima
942 reunião do CIPAM, nós possamos colocar isso já como Pauta, essa sugestão,
943 esse item que nós temos que cumprir, que é a avaliação e a implementação da

944política. O senhor vai ter um tempo a mais para adequar esse... (Intervenção
945fora do microfone. Inaudível). Nós temos muitas ferramentas que nós temos
946que utilizar, e são úteis para isso. Então, eu acho que nós poderíamos já
947prevermos para a próxima reunião uma análise dos aspectos, itens e políticas
948que nós podemos nos debruçar previamente aqui, e também no âmbito do
949Plenário, e nós deliberarmos isso na próxima reunião do CIPAM; incluindo os
950Conselhos, de qual é a melhor maneira. Eu acredito que nós teríamos um
951tempo também, de com as partes, trazermos mais ferramentas e tudo.

952

953

954**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - Beleza. Bom pessoal é isso então,
955está encerrada a reunião. Eu agradeço a participação de todos. Alexandre.

956

957

958**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo de Estado
959de Tocantins)** – Adriana, a senhora me corrija: a Minuta de Resolução sobre
960dragagem, a perspectiva é que ela vá na próxima Pauta do Conama?

961

962

963**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
964DConama)** – Isso. Ela já está aprovada pela Câmara Técnica, vai para a
965Jurídica. E a avaliação interna, que nós fazemos, é que a jurídica não vai ter
966problema para aprová-la, e qualquer discussão ainda eventual vai para o
967Plenário, que está em regime de urgência.

968

969

970**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo de Estado
971de Tocantins)** – Eu tenho algumas preocupações com relação a isso.
972(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Mas eu tive uma preocupação que a
973Resolução ela está colocando todo mundo dentro da mesma bacia.

974

975

976**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
977DConama)** – Alexandre, então nós aproveitamos o Robson, que está aqui e
978que foi Coordenador do Grupo de Trabalho, e o Deusdará que conduziu a
979Câmara, e nós trocamos ideia agora com você.

980

981

982**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal, até a próxima então.